

Cosan Nove Participações S.A.  
Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2023



## Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	6
Balanco patrimonial.....	10
Demonstração do resultado .....	11
Demonstração do resultado abrangente .....	12
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	13
Demonstração dos fluxos de caixa.....	15
1. Contexto Operacional .....	16
2. Declaração de conformidade .....	16
3. Políticas contábeis .....	16
4. Ativos e passivos financeiros .....	17
5. Caixa e equivalentes de caixa.....	18
6. Partes relacionadas .....	19
7. Investimentos em controladas em conjunto.....	19
8. Imposto de Renda e Contribuição Social .....	21
9. Patrimonio Líquido .....	22
10. Custo e despesas por natureza.....	23
11. Resultado Financeiro .....	24
12. Eventos subsequentes.....	24
13. Novas Normas Contábeis .....	25

## Cosan Nove Participações S.A.

### Relatório da Administração

A Cosan Nove Participações S.A. (“Cosan Nove”) submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração referente às atividades desenvolvidas no exercício social findo em 2023. O resultado é apresentado em Reais e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As comparações realizadas neste relatório levam em consideração o 2023 x 2022, exceto quando indicado de outra forma.

A Companhia também disponibiliza uma versão detalhada das Demonstrações Financeiras e seu relatório de resultados em seu site: [www.cosan.com.br](http://www.cosan.com.br).

## **Mensagem do Presidente**

O ano de 2023 foi de muitas realizações para a evolução estratégica da Companhia.

O investimento na controlada em conjunto cresceu proporcionalmente a estratégia da Companhia trazendo bons retornos frente ao esperado.

Executamos nosso plano, combinando crescimento, rentabilidade, disciplina em custos e adaptação à volatilidade dos mercados. Em Renováveis & Açúcar, batemos recorde de moagem com substancial recuperação da produtividade. Temos comercializado nosso açúcar em um novo patamar de preços com importante melhora nos resultados. No etanol, mesmo neste ambiente de preços mais pressionados, nosso portfólio diferenciado sustentou preços superiores à média do mercado e nossa estratégia de comercialização vem se mostrando acertada.

Nosso Programa E2G segue acelerado, operando no topo da nossa capacidade operacional, entregando a Planta #2 (Bonfim) e evoluindo na construção das demais, sem intercorrências.

Na Raízen Power, expandimos nossa comercialização, com novas possibilidades em geração distribuída e eletromobilidade, ampliando o acesso à energia limpa e renovável.

Em Mobilidade, comprovamos que o setor pode operar com níveis superiores de rentabilidade. Seguimos com foco em otimizar a nossa estratégia de suprimentos e comercialização. Acreditamos que um ambiente competitivo cada vez mais saudável proporcionará a expansão da Oferta Integrada Shell, gerando mais valor aos nossos clientes e revendedores.

Os números refletem nossa estratégia de curto e longo prazo, isto é, uma combinação sustentável entre crescimento orgânico, busca contínua pela excelência operacional e trajetória de amadurecimento dos ativos do nosso portfólio.

Nossos avanços nos energizam e motivam para seguirmos redefinindo o futuro da energia, com inegociável cuidado com as pessoas e o meio-ambiente.

**Nelson Gomes**  
CEO Cosan Nove

## Resultados Anuais

Indicadores (em milhares de R\$)	2023 (jan-dez)	2022 (jan-dez)	Var.% 2023x2022
EBITDA	980.481	240.185	308,2%
FCO	14.942	1	n/a
FCI	555.408	-	n/a
FCF	(568.542)	2.719	n/a

  

Demonstração do Resultado do Exercício (em milhares de R\$)	2023 (jan-dez)	2022 (jan-dez)	Var.% 2023x2022
Despesas gerais e administrativas	(440)	(1.259)	(65,1%)
Resultado de equivalência patrimonial	980.921	241.444	306,3%
Despesas financeiras	(1.244)	(45.665)	(97,3%)
Receitas financeiras	26.403	2	n/a
Lucro líquido do exercício	999.748	194.522	414,0%

## Proposta de retenção de lucros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração propôs destinação do lucro líquido da seguinte forma: 5% reserva legal de R\$ 49.987 milhões, dividendos de R\$ 525.062 milhões e o remanescente de R\$ 424.669 milhões alocado para reserva de lucros. Tal destinação será submetida a aprovação na Assembleia Geral Ordinária, prevista a ser realizada em 17 de maio de 2024.

## Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia possui uma Política de Contratação de serviços de Auditor independente e de Serviços de não auditoria com o objetivo de estabelecer as regras relativas à contratação de auditores independentes da Companhia e as diretrizes para aprovação de trabalhos a serem realizados pelo auditor independente. A Cosan Nove informa que utilizou os serviços de auditoria independente BDO RCS Auditores Independentes Ltda.

A política está disponível em <https://www.cosan.com.br/sobre-a-cosan/estatuto-politicas-e-codigo-de-conduta/>

## Agradecimentos

A Administração da Cosan Nove agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e instituições financeiras pela colaboração e confiança depositados e, em especial, aos seus colaboradores pela dedicação e esforço empreendidos. Para detalhes da análise dos resultados de 2023, visite o site da Cosan: [www.cosan.com.br](http://www.cosan.com.br).

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Cosan Nove Participações S.A.  
São Paulo - SP

### Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da Cosan Nove Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cosan Nove Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

Demonstrações financeiras do exercício anterior examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação nessas demonstrações financeiras, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 28 de abril de 2023.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis materiais utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de maio de 2024.

## Balanço patrimonial

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.808	2.720
Títulos e valores mobiliários	4	101	—
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	2.954	1
Outros ativos		39	—
<b>Ativo circulante</b>		<b>4.902</b>	<b>2.721</b>
Investimentos em controlada em conjunto	7	10.373.285	9.954.431
<b>Ativo não circulante</b>		<b>10.373.285</b>	<b>9.954.431</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>10.378.187</b>	<b>9.957.152</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

## Balanço patrimonial

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
<b>Passivos</b>			
Fornecedores		13	—
Imposto de renda e contribuição social correntes		137	307
Outros tributos a pagar		106	952
Dividendos a pagar		—	46.199
Pagáveis a partes relacionadas	6	—	121.621
Outras contas a pagar		136	—
<b>Passivo circulante</b>		<b>392</b>	<b>169.079</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>392</b>	<b>169.079</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	9		
Capital social		7.658.673	7.658.673
Reservas de capital		2.113.422	1.943.661
Outros componentes do patrimônio líquido		(17.309)	37.416
Reservas de lucros		623.009	148.323
		<b>10.377.795</b>	<b>9.788.073</b>
<b>Patrimônio líquido atribuível aos:</b>			
Acionistas controladores		10.377.795	9.788.073
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>10.377.795</b>	<b>9.788.073</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>10.378.187</b>	<b>9.957.152</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

## Demonstração do resultado

(Em milhares de Reais – R\$, exceto resultado por ação)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Despesas gerais e administrativas		(440)	(1.259)
<b>Resultado operacional</b>		<b>(440)</b>	<b>(1.259)</b>
<b>Lucro antes do resultado da equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido</b>		<b>(440)</b>	<b>(1.259)</b>
Equivalência patrimonial das controlada em conjunto	7	980.921	241.444
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>		<b>980.921</b>	<b>241.444</b>
Despesas financeiras		(1.244)	(45.665)
Receitas financeiras		26.403	2
<b>Resultado financeiro líquido</b>	12	<b>25.159</b>	<b>(45.663)</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>1.005.640</b>	<b>194.522</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	8	<b>(5.892)</b>	—
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>999.748</b>	<b>194.522</b>
<b>Resultado por ação - Básico e diluído (em R\$)</b>			
Ações ordinárias	10	0,13045	0,02538
Ações preferenciais	10	0,13045	0,02538

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

## Demonstração do resultado abrangente

(Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Resultado líquido do exercício</b>	999.748	194.522
<b>Outros resultados abrangentes</b>		
<b>Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:</b>		
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	55.034	41.850
Resultado com <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	(105.029)	1.319
	<b>(49.995)</b>	<b>43.169</b>
<b>Itens que não serão reclassificados para o resultado:</b>		
Perdas atuariais com plano de benefício definido líquido de imposto	(4.728)	(5.753)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>945.025</b>	<b>231.938</b>
<b>Resultado abrangente atribuível aos:</b>		
Acionistas controladores	945.025	231.938
	<b>945.025</b>	<b>231.938</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de Reais - R\$)

	Reservas de capital		Outros componentes do patrimônio líquido	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Transações de capital		Legal	Retenção de lucros		
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2023</b>	<b>7.658.673</b>	<b>1.943.661</b>	<b>37.416</b>	<b>9.726</b>	<b>138.597</b>	<b>—</b>	<b>9.788.073</b>
Resultado líquido do exercício	—	—	—	—	—	999.748	999.748
<b>Outros resultados abrangentes</b>							
Resultado com <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	—	—	(105.031)	—	—	—	(105.031)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	—	—	55.034	—	—	—	55.034
Perdas atuariais com plano de benefício definido líquido de imposto	—	—	(4.728)	—	—	—	(4.728)
<b>Total de outros resultados abrangentes</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>(54.725)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>999.748</b>	<b>945.023</b>
<b>Transações com acionistas da Companhia</b>							
<b>Contribuições e distribuições:</b>							
Aumento de reserva de capital	—	121.621	—	—	—	—	121.621
Dividendos	—	—	—	—	—	(525.062)	(525.062)
Destinação para a reserva legal	—	—	—	49.987	—	(49.987)	—
Destinação para a reserva retenção de lucros	—	—	—	—	424.699	(424.699)	—
Transações com remuneração baseada em ações	—	48.140	—	—	—	—	48.140
<b>Total de contribuições e distribuições</b>	<b>—</b>	<b>169.761</b>	<b>—</b>	<b>49.987</b>	<b>424.699</b>	<b>(999.748)</b>	<b>(355.301)</b>
<b>Total de transações com acionistas da Companhia</b>	<b>—</b>	<b>169.761</b>	<b>—</b>	<b>49.987</b>	<b>424.699</b>	<b>(999.748)</b>	<b>(355.301)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>7.658.673</b>	<b>2.113.422</b>	<b>(17.309)</b>	<b>59.713</b>	<b>563.296</b>	<b>—</b>	<b>10.377.795</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de Reais - R\$)

	Capital social	Reservas de capital	Outros componentes do patrimônio líquido	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Transações de capital		Legal	Retenção de lucros		
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2022</b>	—	—	—	—	—	—	—
Resultado líquido do exercício	—	—	—	—	—	194.522	194.522
<b>Outros resultados abrangentes:</b>							
Resultado com <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	—	—	1.319	—	—	—	1.319
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	—	—	41.850	—	—	—	41.850
Perdas atuariais com plano de benefício definido líquido de imposto	—	—	(5.753)	—	—	—	(5.753)
<b>Total de outros resultados abrangentes</b>	—	—	<b>37.416</b>	—	—	<b>194.522</b>	<b>231.938</b>
<b>Transações com acionistas da Companhia</b>							
<b>Contribuições e distribuições:</b>							
Aumento de capital	7.658.673	1.943.410	—	—	—	—	9.602.083
Pagamento baseado em ações	—	251	—	—	—	—	251
Dividendos	—	—	—	—	—	(46.199)	(46.199)
Destinação para a reserva legal	—	—	—	9.726	—	(9.726)	—
Destinação para a reserva retenção de lucros	—	—	—	—	138.597	(138.597)	—
<b>Total de contribuições e distribuições</b>	<b>7.658.673</b>	<b>1.943.661</b>	<b>—</b>	<b>9.726</b>	<b>138.597</b>	<b>(194.522)</b>	<b>9.556.135</b>
<b>Total de transações com acionistas da Companhia</b>	<b>7.658.673</b>	<b>1.943.661</b>	<b>—</b>	<b>9.726</b>	<b>138.597</b>	<b>(194.522)</b>	<b>9.556.135</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>7.658.673</b>	<b>1.943.661</b>	<b>37.416</b>	<b>9.726</b>	<b>138.597</b>	<b>—</b>	<b>9.788.073</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

# Demonstração dos fluxos de caixa

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		1.005.640	194.522
<b>Ajustes por:</b>			
Equivalência patrimonial em controlada em conjunto	7	(980.921)	(241.444)
Juros, derivativos, variações monetárias e cambiais, líquidos		1.163	45.665
		<b>25.882</b>	<b>(1.257)</b>
<b>Variação em:</b>			
Outros tributos, líquidos		(2.074)	951
Imposto de renda e contribuição social		(9.015)	307
Fornecedores		13	—
Outros ativos e passivos, líquidos		136	—
		<b>(10.940)</b>	<b>1.258</b>
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>14.942</b>	<b>1</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>			
Venda (compra) de títulos e valores mobiliários		(35)	—
Dividendos recebidos de controladas em conjunto	7	555.443	—
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de investimento</b>		<b>555.408</b>	<b>—</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>			
Custo de capitação para aumento de capital		—	(19.217)
Amortização de principal sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		—	(4.000.000)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		—	(93.064)
Aporte de capital de acionistas não controladores		—	4.115.000
Dividendos e JCP Pagos		(571.261)	—
<b>Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de financiamento</b>		<b>(568.542)</b>	<b>2.719</b>
<b>Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>1.808</b>	<b>2.720</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<b>2.720</b>	<b>—</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>		<b>4.528</b>	<b>2.720</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

## Apresentação de juros e dividendos:

A Companhia classifica os dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxo de caixa das atividades de investimento. Os juros recebidos ou pagos são classificados como fluxo de caixa nas atividades de financiamento.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram caixa e, portanto, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa da controladora e consolidado:

- (i) Aumento de reserva de capital com utilização de saldo a pagar de partes relacionadas com a controladora Cosan S.A.

## **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cosan Nove Participações S.A. (“Cosan Nove” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. O Sr. Rubens Ometto Silveira Mello é o acionista controlador final da Cosan S.A. (Cosan), sua controladora.

### **1.1 EMISSÃO DE AÇÕES PREFERENCIAIS**

Em 28 de dezembro de 2022, foi concluído o investimento do Itaú Unibanco S.A. (“Itaú”) que passou a deter 26,91% do capital social da Companhia pelo montante de R\$4.115.000.

Como parte da emissão das ações preferenciais pela Companhia, a Cosan S.A. contribuiu seus investimentos na Raízen S.A. (“Raízen”) e as Notas Comerciais emitidas pelo Banco Itaú BBA S.A. Com isso, a Companhia passou a deter 39,15% das ações da Raízen.

Com os recursos obtidos na emissão das ações preferenciais, a Companhia fez o resgate antecipado das notas comerciais contribuídas pelo montante total de R\$4.093.064.

## **2. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 29 de abril de 2024.

## **3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS**

As políticas contábeis são incluídas nas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo:

### **3.1 MOEDA FUNCIONAL DE APRESENTAÇÃO E MOEDA ESTRANGEIRA**

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual ela opera, gera e consome dinheiro. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 3.2 USO DE JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação de suas políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 7 – Investimentos em controlada em conjunto

### 4. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

#### **Política contábil:**

#### ***Mensuração dos ativos e passivos financeiros***

A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação, exceto aqueles mensurados ao custo amortizado mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de somente principal e juros.

A classificação é baseada em dois critérios: (i) o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e (ii) se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia passou a reconhecer seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de “Principal e Juros”. Esta categoria inclui o caixa e equivalentes de caixa.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas, ou quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativos</b>			
<b>Custo amortizado</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.808	2.720
Títulos e valores mobiliários		101	—
<b>Total</b>		<b>1.909</b>	<b>2.720</b>
<b>Passivos</b>			
<b>Custo amortizado</b>			
Fornecedores		13	—
Pagáveis a partes relacionadas	6	—	(121.621)
Dividendos a pagar	8	—	(46.199)
<b>Total</b>		<b>13</b>	<b>(167.820)</b>
<b>Total</b>		<b>1.922</b>	<b>(165.100)</b>

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

### Política contábil:

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos à ordem e investimentos de alta liquidez com vencimento de três meses ou menos a partir da data de aquisição e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	21	19
Aplicações financeiras	1.787	2.701
<b>Total</b>	<b>1.808</b>	<b>2.720</b>

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Aplicações em bancos</b>		
Operações compromissadas	1.787	2.701
<b>Total</b>	<b>1.787</b>	<b>2.701</b>

As aplicações financeiras *onshore* da Companhia são remuneradas a taxas em torno de 100% da taxa de oferta interbancária brasileira (Certificado de Depósito Interbancário, ou “CDI”), em 31 de dezembro de 2023.

## 6. PARTES RELACIONADAS

### Política contábil:

As operações envolvendo partes relacionadas foram realizadas conforme condições contratuais previamente acordadas. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores a receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

### a) Contas a pagar com partes relacionadas:

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Passivo circulante</b>		
Operações financeiras e societárias		
Cosan S.A. <sup>(i)</sup>	—	121.621
<b>Total do passivo circulante</b>	<u>—</u>	<u>121.621</u>
<b>Pagáveis a partes relacionadas</b>	<u>—</u>	<u>121.621</u>

- (i) Refere aos gastos incorridos pela Cosan S.A. no processo de emissão de ações preferenciais da Cosan Nove, enquanto estavam em processo de constituição. Durante o ano 2023 foi incorporado ao patrimônio líquido na rubrica de reserva de capital.

Gastos com emissões de ações e despesas pagas pela Cosan S.A. que serão reembolsadas pela Companhia.

A Companhia não possui quadro de funcionários e não há planos de remuneração de pessoal chave da administração.

## 7. INVESTIMENTO EM CONTROLADA EM CONJUNTO

### Política contábil:

Uma *joint venture* é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto do acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto.

A Companhia, possui investimento em *joint venture* demonstrado no balanço patrimonial pela participação nos ativos líquidos pelo método de equivalência patrimonial, deduzido de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Se aplicável, ajustes são feitos para alinhar quaisquer políticas contábeis diferentes que possam existir. A participação da Companhia nos resultados e no patrimônio líquido da *joint venture* está incluída na demonstração do resultado, resultado abrangente e no patrimônio líquido, respectivamente. Ganhos e perdas não realizados resultantes de transações entre a Companhia e sua *joint venture* são eliminados na proporção do investimento da Companhia na *joint venture*, exceto quando as perdas não realizadas evidenciam uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. O ágio decorrente da aquisição da *joint venture* é incluído como parte do investimento da Companhia na *joint venture* e, quando necessário, o valor contábil total do investimento (incluindo ágio) é submetido ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 01/IAS 36 — Redução ao Valor Recuperável de Ativos como um único ativo comparando seu valor recuperável (que é o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido do custo da alienação) com seu valor contábil.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

O investimento em *joint venture* é tratado como ativo não circulante e está demonstrado ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os movimentos no investimento em controlada em conjunto foi o seguinte:

	<b>Raízen S.A.</b>
Número de ações da investida	10.352.509.484
Quotas da investidora	4.039.971.643
Percentual de participação	39,12%
Preço de mercado em 31 de dezembro 2023	R\$ 4,12
Justo valor conforme mercado cotado	R\$ 16.644.683
<b>Saldo em 01 de agosto de 2022</b>	<b>—</b>
Contribuição de investimento	9.675.320
Resultado de equivalência	241.444
Ajuste de avaliação patrimonial	37.667
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>9.954.431</b>
Resultado de equivalência <sup>(i)</sup> - <sup>(ii)</sup>	980.921
Dividendos e JCP	(555.443)
Ajuste de avaliação patrimonial	(6.624)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>10.373.285</b>

- (i) A Raízen mensurou e reconheceu em 31 de dezembro de 2023, créditos de PIS e COFINS no montante consolidado de R\$3.765.456 relativos à Lei Complementar 192/22 e R\$1.465.726 relativos à Lei Complementar 194/22, totalizando R\$5.231.182, que impactou em R\$2.046.639, o resultado de equivalência patrimonial do período, líquido de imposto de renda e da contribuição social.
- (ii) Com base no acordo de acionistas, o usufruto e trânsito de JCP declarados pela Raízen não circula pela Cosan Nove, portanto, a equivalência patrimonial do exercício é composta também por uma perda no valor de R\$521.287.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava em conformidade com os *covenants* dos contratos que regem a *joint venture*.

Informações financeiras resumidas da controlada em conjunto :

	<b>Valor justo em 31 de dezembro de 2023</b>
Ativo circulante	59.815.003
Ativo não circulante	67.423.699
Passivo circulante	55.855.883
Passivo não circulante	46.610.528
Receita líquida	221.693.298
Outros resultados abrangentes	747.642
Resultado abrangente do exercício	4.866.006
Patrimônio Líquido	24.030.260
Lucro líquido	4.026.369

Informações financeiras adicionais da controlada em conjunto:

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

	<u>Valor justo em 31 de dezembro de 2023</u>
Caixa e equivalentes de caixa	7.915.876
Passivo financeiro circulante <sup>(i)</sup>	26.244.764
Passivo financeiro não circulante <sup>(i)</sup>	44.556.334
Depreciação e amortização	8.071.288
Receitas financeiras	797.560
Receita com variação cambial	1.240.924
Despesa com derivativos	(1.760.072)
Despesas financeiras	(6.241.261)
Despesa com Imposto de renda e contribuição social	(1.396.598)

- (i) Passivo circulante e não circulante excluindo fornecedores, outras contas a pagar e provisões.

### 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### Política contábil:

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto para algumas transações que são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

#### a) Imposto corrente

É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as alíquotas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço, e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores.

#### Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.005.640	194.522
<b>Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)</b>	<b>(341.918)</b>	<b>(66.137)</b>
<b>Ajustes para cálculo da taxa efetiva</b>		
Equivalência patrimonial	333.513	82.091
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas	2.489	(15.954)
Outros	24	—
<b>Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)</b>	<b>(5.892)</b>	<b>—</b>
<b>Taxa efetiva - %</b>	<b>(0,59%)</b>	<b>0,00%</b>

O saldo de imposto de renda a recuperar no valor de R\$2.954 e composto principalmente sobre imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras.

## 9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Política contábil:

#### a. Capital social

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias são reconhecidos como dedução ao capital próprio.

#### b. Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404.

#### c. Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê que, ao final do exercício seja destinado o dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme a legislação societária.

A distribuição de dividendos da Companhia segue a regra vigente no acordo de acionistas assinado em 28 de dezembro de 2022, o qual determina porcentagens diferentes de distribuição entre detentores de ações ordinárias e preferenciais.

Os dividendos, a destinação do lucro líquido do exercício e excesso das reservas de lucro, conforme determinado no art. 199 da Lei das Sociedades Anônima serão objetos de deliberações na próxima Assembleia Geral Ordinária.

#### d. Reserva de retenção de lucro

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral.

### a) Capital social

O capital subscrito da Companhia é de R\$ 7.658.673, inteiramente integralizado, representando por 7.663.762 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 5.601.178 ações ordinárias, 2.062.584 ações preferenciais.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Acionistas	Quantidade de ações em 31/12/2023					
	ON	%	PN	%	Total	%
Cosan S.A.	5.601.178	100,00	-	-	5.601.178	73,09
Itaú Unibanco	-	-	2.062.584	100,00	2.062.584	26,91
<b>Total</b>	<b>5.601.178</b>	<b>100,00</b>	<b>2.062.584</b>	<b>100,00</b>	<b>7.663.762</b>	<b>100,00</b>

### b) Destinação do lucro líquido do exercício

As destinações que ocorreram na Companhia estão demonstradas abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	999.748	194.522
Constituição da reserva legal – 5%	(49.987)	(9.726)
<b>Base de cálculo para distribuição de dividendos</b>	<b>949.761</b>	<b>184.796</b>
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	(237.440)	(46.199)
Dividendos intercalares	(287.623)	-
<b>Total do lucro do exercício a destinar</b>	<b>424.698</b>	<b>138.597</b>
<b>Destinação para acionista preferencialista – 33,84%</b>	<b>143.718</b>	<b>46.901</b>

Caberá à próxima Assembleia Geral Ordinária deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício.

## 10. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

### Política contábil:

Custo dos serviços prestados compreende os gastos de pessoal e a amortização de ativos relacionados às prestações de serviços.

As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação do rendimento por natureza / finalidade é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com pessoal	(10)	—
Despesas com serviços de terceiros	(374)	(1.259)
Despesas comerciais	(2)	—
Outras despesas	(54)	—
	<b>(440)</b>	<b>(1.259)</b>
Gerais e administrativas	(440)	(1.259)
	<b>(440)</b>	<b>(1.259)</b>

## 11. RESULTADO FINANCEIRO

### Política contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre notas comerciais.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Os detalhes das receitas e despesas financeiras são os seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Custo da dívida bruta</b>		
Juros e variação monetária	—	(45.665)
	—	<b>(45.665)</b>
Rendimento de aplicações financeiras e variação cambial de caixa	26.403	2
	<b>26.403</b>	<b>2</b>
<b>Custo da dívida, líquida</b>	<b>26.403</b>	<b>(45.663)</b>
<b>Outros encargos e variações monetárias</b>		
Juros sobre outros recebíveis	(1.229)	—
Despesas bancárias e outros	(15)	—
	<b>(1.244)</b>	<b>—</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>25.159</b>	<b>(45.663)</b>
<b>Reconciliação</b>		
Despesas financeiras	(1.244)	(45.665)
Receitas financeiras	26.403	2
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>25.159</b>	<b>(45.663)</b>

## 12. EVENTOS SUBSEQUENTES

### Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (Tema 69, Recurso extraordinário 574.706 do STF)

Em 10 de abril de 2024, a controlada em conjunto Raízen S.A, por meio de sua controlada indireta Blueway, obteve o deferimento pela Receita Federal do Brasil do pedido de habilitação de crédito tributário, no montante de R\$1.824.019, determinando pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS. Referido crédito tributário está suportado por parecer de consultoria especializada e com base no trânsito em julgado ocorrido em 26 de junho de 2020, nos autos da ação declaratória nº 0030931-21.2017.4.02.5101, da 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro-RJ que determinou a restituição dos valores recolhidos indevidamente.

## Venda de projetos de usinas de geração distribuída (“UFVs”) à Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A. (“Élis Energia”)

Em 18 de abril de 2024, por meio da controlada RESA, a Raízen assinou, com a Élis Energia, empresa controlada pelo Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia sob gestão do Pátria Investimentos Ltda., a venda de 31 projetos de UFVs com capacidade instalada agregada de até 115,4 megawatt-pico detidas pela RESA. Nos termos contratuais dessa operação, a Élis Energia concordou em adquirir as referidas usinas pelo valor agregado de até R\$ 700 milhões, aproximadamente, a serem pagos à medida que os projetos forem desenvolvidos e construídos pela Raízen e transferidos à compradora até dezembro de 2025. Essa operação está alinhada à estratégia de reciclagem de portfólio e criação de valor da Companhia, contribuindo também para redução do endividamento. A conclusão e fechamento da operação estão sujeitos à verificação e aprovação pelo CADE, bem como ao cumprimento das demais condições precedentes estabelecidas no Contrato.

## Captações de empréstimos e financiamentos de curto prazo

Em 22, 23 e 29 de abril de 2024, a controlada RESA efetuou captações de empréstimos e financiamentos, no montante de R\$ 3,0 bilhões, com vencimentos entre 20 e 21 de março de 2025. Tais captações estão alinhadas à deliberação e aprovação do Conselho de Administração de 18 de abril de 2024, acerca da obtenção de financiamentos de curto prazo pela Companhia e/ou por sua controlada RESA, em um montante de até R\$ 3,5 bilhões.

## 13. NOVAS NORMAS CONTÁBEIS

### 13.1 NORMAS CONTÁBEIS RECENTES ADOTADAS PELA COMPANHIA

Norma aplicável	Principais requisitos	Impacto
Alterações à IAS 8/ CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro  Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.	A IAS 8/CPC 23 introduz a nova definição de estimativa contábil “As estimativas contábeis são montantes monetários nas demonstrações contábeis que estão sujeitas a incerteza de mensuração” e esclarece como as entidades devem distinguir mudanças de estimativas contábeis das mudanças de políticas contábeis. Os parágrafos impactados são os itens 5, 32, 34, 38 e 48 e o título do item 32. Ocorre uma distinção entre estimativas contábeis (são aplicadas prospectivamente) e políticas contábeis (são aplicadas retrospectivamente).	Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras, pois as estimativas contábeis da Companhia já atendiam à nova definição.
Alterações à IAS 1/ CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis  Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.	A IAS 1/ CPC 26 introduz orientações para decisão sobre quais políticas contábeis devem ser divulgadas em suas demonstrações financeiras. Os parágrafos impactados para apoiar na identificação de política contábil materiais são os itens 114, 117, 122, 117A, 117E, 139V e exclusão dos itens 118, 119 e 121.	Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras pois as políticas divulgadas pela Companhia já atendiam a nova definição de políticas materiais.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Norma aplicável	Principais requisitos	Impacto
<p>Alterações à IAS 12/CPC 32 –Tributos sobre o Lucro</p> <p>Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.</p>	<p>Alteração de escopo de isenção de reconhecimento inicial e esclarece como as entidades devem contabilizar o imposto diferido em certas transações tais como: arrendamentos e passivos para desmontagem e remoção. Os parágrafos impactados são: Alteração dos incisos (i) e (ii) da letra b do item 15, as letras b e c do item 22 e b do item 24; inclui o inciso (iii) da letra b do item 15, o item 22A, a letra c do item 24, os itens 98K e 98L e o exemplo 8 do Apêndice B</p>	<p>Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras pois não é aplicável à Companhia.</p>
<p>Alterações à CPC 50/IFRS 17 Contratos de Seguro</p>	<p>A alteração adiciona uma nova opção de transição para a IFRS 17 (a 'sobreposição de classificação') para aliviar as complexidades operacionais e os desfasamentos contábilísticos únicos na informação comparativa entre passivos de contratos de seguro e ativos financeiros relacionados na aplicação inicial da IFRS 17. Permite a apresentação de informações comparativas sobre ativos financeiros devem ser apresentadas de forma mais consistente com a IFRS 9 <i>Instrumentos Financeiros</i>.</p>	<p>Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras pois não é aplicável à Companhia.</p>

Norma aplicável	Principais requisitos	Impacto
<p>Alteração CPC 32 - item 4A referente a nova regra tributária Pilar Dois</p> <p>Em vigor a partir de 2023</p>	<p>Tendo em vista que em 2023 muitos países promulgaram regulação tributária voltada a implementar as regras dos modelos globais ante erosão da base tributária em nível global (GloBE model rules) integrantes do projeto denominado "Pilar Dois" e coordenado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), esta legislação causou incertezas na apuração de ativos e passivos fiscais diferidos no contexto do CPC 32 ("Tributos sobre o Lucro").</p> <p>Em vista deste cenário, o IASB e o AASB propuseram mudanças no IAS 12, que foram implementadas no Brasil mediante a publicação da Resolução CVM nº 197, em 28/12/2023, introduzindo alterações na norma correspondente brasileira (CPC 32). Essas mudanças introduziram uma isenção temporária obrigatória com relação ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos ativos e passivos relacionados aos tributos sobre o lucro do Pilar Dois (item 4A do CPC 32).</p> <p>A Resolução CVM nº 197/2023 também introduziu no CPC 32 obrigações de divulgação de informações sobre a exposição da entidade aos tributos do Pilar Dois, sem apresentar requisitos específicos quanto ao nível de detalhamento e permitindo o atendimento desta obrigação com a divulgação de informações sobre o progresso da entidade na avaliação de sua exposição.</p>	<p>A Companhia aplicou esta isenção temporária para as demonstrações financeiras com exercício findo em 31 de dezembro de 2023.</p> <p>Adicionalmente, avaliamos o que está no escopo das regulações tributárias que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas em alguns dos países nos quais determinadas entidades consolidadas pelo grupo operam. Em que pese o fato de que a implementação dessas regulações é ainda muito recente e que nenhum país aplicou exigência concreta de imposto mínimo global em 2023, a Companhia, considerando os pontos acima, efetuou uma avaliação preliminar, apoiada por consultoria especializada, e concluiu não haver expectativa de impactos significativos em relação às jurisdições onde opera. No entanto, a Companhia prosseguirá com os estudos e avaliação mais aprofundada da aplicação das novas regras, para divulgação de qualquer exposição, se houver, nas demonstrações financeiras dos próximos trimestres.</p>

## 13.2 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

As seguintes novas normas, interpretações e alterações foram emitidas pelo CPC e pelo IASB, mas não são efetivas para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2023. A adoção antecipada não é permitida. Além disso, com base em uma revisão inicial, a Companhia acredita, atualmente, que a adoção dessas normas/alterações a seguir não terão um impacto significativo no resultado consolidado ou na posição financeira da Companhia.

Norma aplicável	Principais requisitos ou mudanças na política contábil
<p>Alterações à IFRS 16/ CPC 06 (R2) – Arrendamentos</p> <p>Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024.</p>	<p>Inclusão de requerimentos sobre pagamentos variáveis para um <i>sale-leaseback</i> que visa fornecer orientações sobre como contabilizar os pagamentos variáveis para o vendedor-arrendatário em uma transação de <i>sales and leaseback</i>.</p> <p>Essas alterações não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras, pois não é aplicável para a Companhia.</p>

Norma aplicável	Principais requisitos ou mudanças na política contábil
<p>Alterações à IAS 1/ CPC 26 (R1) – Apresentações das Demonstrações Contábeis</p> <p>Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024.</p>	<p>A alteração na norma traz maiores esclarecimentos para classificação da dívida entre circulante e não circulante que visa o direito de uma entidade diferir a liquidação deve existir na data base, exclusão do requerimento do direito ser incondicional e incluiu o requerimento de ter substância.</p> <p>Também realizou maiores esclarecimentos para passivos com <i>covenants</i> que orienta apenas os <i>covenants</i> que devem cumprir até a data base afetam a classificação de um passivo como circulante ou não circulante. Para <i>covenants</i> após a data base não afetam a classificação do passivo.</p> <p>Para dezembro de 2023 a Companhia não efetuou implementação antecipada, porém, não é esperado impactos significativos, uma vez que a classificação entre curto e longo prazo já é realizada dentro das novas definições. Quanto aos <i>covenants</i>, a Companhia monitora constantemente e irá efetuar quaisquer divulgações requeridas, se aplicável.</p>
<p>Alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7) - Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado")</p> <p>Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024.</p>	<p>As alterações introduzem dois novos objetivos de divulgação – um na IAS 7 e outro na IFRS 7 – para que a empresa forneça informações sobre os seus acordos de financiamento de fornecedores que permitiriam ao leitor das demonstrações avaliar os efeitos desses acordos nos passivos e fluxos de caixa da empresa.</p> <p>Também será necessário divulgar o tipo e o efeito das alterações não monetárias nos valores contábeis dos passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento do fornecedor.</p> <p>Para dezembro de 2023 a Companhia não efetuou implementação antecipada, porém, não esperamos alterações significativas.</p>
<p>Alterações à norma IAS 21/ CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis</p> <p>Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.</p>	<p>As alterações trazem maiores esclarecimentos sobre uma entidade poder desempenhar atividades no exterior de duas maneiras: (i) realizar transações em moeda estrangeira ou (ii) possuir entidades no exterior. O objetivo da norma é determinar como incluir transações em moeda estrangeira e como converter as demonstrações contábeis desta entidade em outra moeda.</p> <p>Para dezembro de 2023 a Companhia não efetuou implementação antecipada, mas está avaliando todos os impactos para adoção da norma.</p>